

RESENHA

MCCARTY, Richard. **Kant's Theory of Action**. Oxford: Oxford University Press, 2009. 250 p.

MAURO PELLISSARI
Mestrando do curso de pós-graduação em Filosofia da PUCPR.
mauro67@uol.com.br

O rigorismo em relação à teoria moral de Immanuel Kant é reconhecido já em um primeiro contato com a *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Questões como a ação por dever, como a ação verdadeiramente moral, o comando do Imperativo Categórico e a autonomia da vontade explicitam e mesmo confirmam esta primeira impressão tão comum. Para muitos, falta em Kant uma conexão entre o formalismo moral exposto na *FMC* e o sujeito das ações, ou seja, o indivíduo humano em sua vida cotidiana. Essa conexão poderia ser estabelecida através de uma teoria da ação, a qual tornaria a teoria da moral kantiana e seu formalismo, menos teórica e mais prática, por assim dizer. Em outras palavras, uma teoria da ação poderia clarificar a moral kantiana exposta na *FMC* e na *CRPr*.

É justamente essa a intenção de Richard McCarty, em *Kant's theory of action*. O autor deixa clara a sua intenção, com seu livro, de ajudar a entender a teoria moral kantiana. Além disso, McCarty propõe a tese de que uma teoria da ação deve ter condições de dar justificativas e de explicar o porquê de cada ação (*Justification and Explanation*), sendo essa a sua principal intenção ao longo do livro. Outra tese significativa que McCarty propõe, é a de que, em Kant, a ação somente pode ser justificada e explicada se for adotada a condição de determinismo psicológico como o ponto de decisão para uma ação. Essa tese afirma que a ação ocorre em virtude da força psicológica de uma máxima com relação à obtenção de um objeto, seja ele um desejo sensível ou algo puramente moral.

McCarty inicia a sua exploração afirmando que o interesse nas ações humanas se justifica porque são elas que podem ser avaliadas e julgadas como corretas ou erradas de acordo com um jogo de regras que é, normalmente, pré-estabelecido. Essa avaliação pode ocorrer em dois campos distintos e mesmo antagônicos e contraditórios: o metafísico e o psicológico. O campo metafísico supõe a ação livre (liberdade); já o campo psicológico explicaria o caráter do sujeito: a forma como o indivíduo age explicaria como ele é, ou seja,

o campo psicológico tem seu foco no link que deve existir entre o caráter do agente e suas ações, buscando explicar as condições psicológicas que determinam uma ação (condições, mesmo que, dada uma circunstância, o indivíduo não teria agido de forma diferente). Pois McCarty busca, com seu livro, desenvolver uma teoria da ação em Kant que possa combinar esses dois campos: o metafísico e o psicológico em suas determinações.

Continuando sua análise, o autor mostra que é muito comum, atualmente, se afirmar que Kant nega o determinismo psicológico¹. Esta afirmação se justificaria porque esse tipo de determinismo não é coerente com a teoria kantiana da liberdade prática. Segundo o autor, essa interpretação não procede e é um dos objetivos de seu livro mostrar que o determinismo psicológico é compatível com as teorias kantianas que definem sua metafísica da ação (a liberdade). Na sua análise, McCarty afirma que, para alguns comentadores recentes de Kant, é possível explicar uma ação livre através das forças psicológicas do desejo. O autor expõe duas perspectivas adotadas pelos comentadores em questão, as quais são utilizadas para explicar a conduta humana. A primeira delas afirma que, ao se entender uma ação como escolhida livremente, se adota uma visão da questão; a segunda é justamente considerar que as ações são psicologicamente determinadas. As duas são perspectivas alternativas. Para McCarty essas duas perspectivas acarretam sérias dificuldades para uma teoria da ação. Como alternativa, ele propõe o que chama de “interpretação dos dois mundos”²: o ser humano, literalmente, age em dois mundos distintos: o mundo numênico (não possui tempo no sentido cronológico), no qual o indivíduo age livremente e o mundo fenomênico (tempo cronológico presente), no qual as ações são causalmente determinadas por estados psicológicos anteriores.

Uma das principais teses de McCarty ao longo do livro é que uma teoria da ação baseada na filosofia de Kant deve estar atrelada à explicação das ações através das chamadas forças psicológicas, já que somente elas poderiam explicar o que o autor chama de “problema da justificação e explicação”. Segundo o autor, Kant consideraria que as justificativas das ações podem ser dadas através das forças psicológicas determinísticas, sendo somente por esta maneira que uma justificação moral poderia ser confirmada. Para fundamentar esta alegação, McCarty afirma que Kant compactuava com o que se chama contemporaneamente de “internalismo moral”³. Isso decorre da afirmação kantiana de que *dever* (agir) implica em

¹ O determinismo psicológico afirma que as ações humanas são, invariavelmente, resultado de disputas entre desejos, motivações ou inclinações naturais, assim, o que quer que se escolha fazer, é sempre determinado pela força psicológica mais forte atuando.

² No original *two-worlds interpretation*.

³ Doutrina que afirma que ao se realizar algum julgamento moral, o indivíduo também deve ter um motivo para agir de acordo com esse mesmo julgamento.

poder (agir) e pela teoria kantiana do respeito pela lei moral. Ao adotar a explicação internalista, aparentemente o problema da justificação e explicação da ação moral está solucionado (através da afirmação *deve, então pode*). Mas, segundo McCarty, não é isso que realmente ocorre, já que o internalismo garante somente que existe um dever para se realizar algo, o qual é fundamentado por um motivo, porém esse motivo surge entre vários outros. Desta maneira, resolver o problema proposto (da justificação e explicação de uma ação) requer que se identifique o mecanismo que explica como, entre vários motivos existentes para a ação, um desses prevalece. Esse motivo que se sobrepõe a todos os outros é a força psicológica preponderante, a qual justificaria a ação.

De modo a buscar fundamentar a sua análise para a proposta de uma teoria da ação em Kant, McCarty parte, no primeiro capítulo (*Acting on Maxims*), da investigação de conceitos importantes da filosofia moral kantiana, tais como as máximas de uma ação, trazendo considerações sobre os imperativos categórico e hipotético; analisa também a questão dos incentivos (psicológicos) para a ação; procura justificar suas razões para rejeitar fundamentar as ações humanas somente no chamado “poder do livre-arbítrio” (ou livre escolha); considera a teoria da motivação moral em função do sentimento de respeito à lei e também analisa a questão do mal radical e da boa vontade. É nesse capítulo que McCarty explicita a sua tese da justificação e explicação. Segundo o autor, a máxima da ação serve como premissa maior em um silogismo clássico que irá definir a ação.

No segundo capítulo (*Incentives*), McCarty começa a trazer à tona os detalhes de sua tese, analisando como os incentivos que movem o sujeito à ação precisam estar na forma de máximas, sem o que a ação é em si impossível. Nessa transformação, os incentivos passam a ter capacidade de explicação da ação como forças psicológicas. Essas forças psicológicas podem ser de dois tipos: baseadas nos sentidos (*stimuli*) ou baseadas no intelecto (*motiva*) e estão diretamente ligadas ao conceito de prazeres práticos. Existe, portanto, uma relação entre o sentimento de prazer e a capacidade de explicação do incentivo a ele ligado: quanto maior o prazer, mais forte é o poder de explicação da ação pelo incentivo.

É a partir do terceiro capítulo (*Free Choice*) que McCarty analisa teorias de outros comentadores visando sustentar sua posição desenvolvida até o momento. O autor discute principalmente a chamada *Incorporation Thesis*, desenvolvida por Henry Allison (*Kant's theory of freedom*). Essa tese parte de um trecho da obra *Religião nos limites da simples razão*, de Kant:

On the rigorist's criteria, the answer to the question just posed is based on the morally important observation that freedom of the power of choice has the characteristic, entirely peculiar to it, that it cannot be determined to action through any incentive **except so far as the human being has incorporated it into his maxim** (has made it into a universal rule for himself, according to which he wills to conduct himself); only in this way can an incentive, whatever it may be, coexist with the absolute spontaneity of the power of choice (freedom) (6:23 – 24).⁴

A *Incorporation Thesis* entende que o sujeito pode escolher, dentre vários incentivos disponíveis para ação, qualquer deles, independentemente de sua força psicológica, e isso se dá devido à possibilidade da liberdade de escolha. McCarty é, obviamente, contra esse entendimento. Allison e outros comentadores que adotam interpretações parecidas⁵ tomam o trecho em questão como relacionado à aquisição de máximas em qualquer momento. Já McCarty tende a analisar o trecho referindo-se (talvez de forma mais consistente com Kant) a uma escolha anterior mesmo à própria moralidade do sujeito, uma escolha na qual é decidido o futuro caráter do sujeito. O caso é que a *Incorporation Thesis* vai contra o pensamento de McCarty com relação à possibilidade de determinação psicológica da ação. De fato, a definição de Allison parece eliminar a possibilidade de determinação na justificativa de que isso eliminaria a possibilidade da liberdade. O argumento de McCarty é de que a liberdade não estaria nessa escolha (que é empírica), mas em um outro ponto do macro processo chamado ação, mais precisamente na questão do Idealismo Transcendental, o qual é analisado no quarto capítulo.

O quarto capítulo (*Acting in Two Worlds*) tem como característica principal o que se pode definir como uma “profunda virada metafísica” na análise de McCarty. Para dar conta de sua proposta de justificação e explicação da ação e da questão do determinismo psicológico, o autor precisa garantir de alguma maneira que a liberdade do sujeito na definição de suas ações seja preservada diante das implicações que sua tese poderia levantar. Afinal, se existe algum tipo de determinação na escolha de uma ação, então chamar a mesma de “escolhida” já não teria sentido: as forças psicológicas dos incentivos dominariam o comportamento humano. McCarty busca, então, analisar as implicações da distinção transcendental entre os fenômenos

⁴ Segundo o modo de decisão rigorístico funda-se nesta advertência, relevante para toda a moral: a liberdade do arbítrio tem a qualidade inteiramente peculiar de ele não poder ser determinado a uma ação por móbil algum *a não ser apenas enquanto o homem o admitiu na sua máxima* (o transformou para si em regra universal de acordo com a qual se quer comportar); só assim é que um móbil, seja ele qual for, pode subsistir juntamente com a absoluta espontaneidade do arbítrio (liberdade) (KANT, 1992, p. 29 – 30).

⁵ Allen Wood (*Kant's Ethical Thought*), Christine Korsgaard (*Creating the Kingdom of Ends*), Paul Guyer (*Kant on Freedom, Law and Happiness*).

e noumenos e propõe que, para preservar a liberdade em sua teoria, seja adotada a visão de “dois mundos”, o inteligível e o sensível, como solução. As ações são livres e psicologicamente determinadas se o sujeito agir livremente em um mundo inteligível e que aquilo que é feito nesse mundo apareça como o aquilo que o sujeito faz no mundo sensível. Essa busca por uma solução metafísica para sustentar a sua teoria não parece muito sólida, principalmente porque as conhecidas questões sobre o Idealismo Transcendental (os problemas da relação coisa em si e fenômeno e a questão da atuação noumênica no mundo sensível, por exemplo) se mantêm.

O quinto capítulo (Character from Two Standpoints) é um complemento à análise metafísica do capítulo anterior. Aqui McCarty busca analisar em detalhes o que se segue da divisão proposta nos “mundos” de atuação do sujeito. E McCarty volta a atacar outra tese de Allison que afirma que a distinção transcendental é meramente uma distinção epistemológica ou mesmo metodológica. Essa tese afirma que os termos fenômeno e noumeno não devem ser entendidos como objetos ontologicamente distintos, mas como diferentes aspectos das coisas deste mundo, o mundo sensível. Essa interpretação de Allison também é conhecida como interpretação dos dois pontos de vista. A dificuldade apontada pelo autor com relação a essa interpretação é que ela requer ou necessita de um terceiro objeto, o qual ele chama de *objeto neutro*, para funcionar. A interpretação de Allison é muito conhecida por evitar a necessidade do controverso mundo inteligível na interpretação da teoria epistêmica kantiana, porém é controversa com relação à teoria prática: a lei moral, como sendo *a priori*, como seria entendida? Para McCarty essa interpretação falha justamente neste ponto, pois deixa as ações morais sem condição de serem justificadas e explicadas, fato que não ocorre em sua explicação dos dois mundos, pois o caráter empírico está separado do caráter inteligível.

No sexto capítulo (*Moral Motivation*) McCarty volta a uma análise mais conceitual, principalmente com relação às diferenças entre uma ação moralmente válida e uma ação virtuosa. Para isso, o autor realiza, basicamente, uma contraposição entre a *Fundamentação da metafísica dos costumes* e a *Metafísica dos costumes* (Doutrina da virtude) e a possibilidade da avaliação da ação, em termos de moral e de virtude. Outro ponto que vale destacar é a questão do sentimento de respeito pela lei moral, o qual pode ser encarado como um sentimento motivador para a ação moral e sua força seria um princípio que explicaria essa ação.

No sétimo e último capítulo (*Evil Nature, Good Will*), McCarty analisa a espécie humana no sentido da sua capacidade de ser boa ou má. É, basicamente, um estudo sobre o texto do primeiro capítulo da *Religião nos limites da simples razão* e da *Fundamentação da*

metafísica dos costumes. A intenção de McCarty é mostrar que possuir uma natureza má é compatível com ter uma boa vontade.

O livro de McCarty pode ser visto como uma boa tentativa de buscar montar uma teoria da ação em Kant. Os pontos positivos são as definições esclarecidas, tais como o fato de que o sujeito somente age através de máximas, as quais formam, como premissas maiores, os chamados polissilogismos práticos, os quais resultam em decisões para as ações. Sua tese do determinismo psicológico também é interessante, pois, pelo menos, permite explicar como as ações baseadas em processos empíricos ocorrem. Mas sua análise metafísica, a qual é seu principal fundamento para sua teoria, parece lançar mais dúvidas do que saná-las. Isso principalmente em virtude da solução proposta, necessária para salvaguardar sua posição de necessidade de justificação e explicação de uma ação. Por outro lado, McCarty utiliza, ao longo do texto, definições típicas da solução de Allison para o problema (a solução dos dois pontos de vista).

Outro ponto que cabe destacar é que o autor não acha importante considerar a obra *Antropologia de um ponto de vista pragmático* como necessária para fundamentar uma teoria da ação em Kant. Porém, em vários momentos do livro de McCarty, é possível encontrar referências a conceitos desenvolvidos na *Antropologia*, tais como paixões, afecções, inclinações, faculdade do entendimento, da imaginação, de modo que é possível estabelecer uma ligação, mesmo que indireta, entre os temas tratados na *Antropologia* e a teoria da ação desenvolvida. Afinal, ao buscar-se desenvolver tal teoria, não há como não se considerar o objeto diretamente envolvido: o sujeito da ação.

Referências bibliográficas:

ALLISON, Henry. **Kant's theory of freedom**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990;

KANT, Immanuel. **Religião nos limites da simples razão**. Lisboa: edições 70. 1992;

_____. **Religion within the limits of reason alone and Other Writings**. trad. e ed. Allen Wood e George di Giovanni. Cambridge: Cambridge University Press, 1998;